



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Paragominas**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

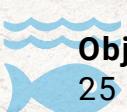
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Paragominas x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Paragominas x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Paragominas x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Paragominas x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Paragominas (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza no município de Paragominas manteve-se estável, passando de 33,9% em 2019 para 33,2% em 2021. Na sequência, o ano de 2022 apresentou uma elevação expressiva, atingindo 38,2%, o maior valor da série histórica no município. No entanto, em 2023 houve forte queda, com a taxa recuando para 29,6%, o menor percentual do período analisado. Já a Região de Integração (RI) Rio Capim iniciou com 44,4% em 2019, caindo para 43,2% em 2020, e voltando a subir ligeiramente para 44,0% em 2021. Em 2022, a RI teve uma disparada na pobreza,

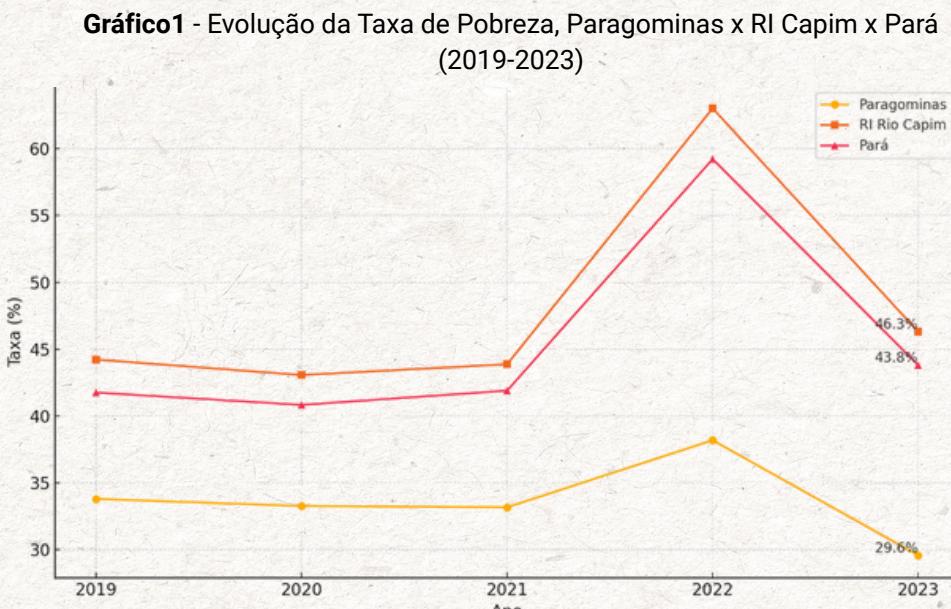
com a taxa alcançando 62,1%, mas recuando para 46,3% em 2023 (Gráfico 1).

No estado do Pará, o indicador seguiu padrão semelhante, iniciando em 41,9% em 2019 e caindo para 41,0% em 2020. O crescimento se inicia em 2021 (41,9%) e tem salto para 59,3% em 2022, evidenciando forte impacto socioeconômico nesse ano. Já em 2023, o estado apresenta recuo, fechando em 43,8%. As três esferas analisadas apresentam picos de pobreza em 2022, possivelmente ligados a efeitos pós-pandemia e recessão econômica. A recuperação em 2023, embora expres-





siva não elimina o alerta para a vulnerabilidade estrutural da população. Paragominas se destaca por manter níveis mais baixos de pobreza em relação à sua RI e ao estado. Essa resiliência pode estar associada a características econômicas locais e políticas sociais específicas (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de Paragominas, os percentuais de despesas públicas com serviços essenciais oscilaram ao longo do período. O indicador saiu de 55,5% em 2019 para 58,3% em 2020, indicando um aumento de comprometimento com áreas prioritárias. Em 2021, o valor caiu para 56,4% e teve queda mais acentuada em 2022, atingindo o menor nível do período: 51,7%. Em 2023, houve leve recuperação, fechando o ano com 53,8%, ainda abaixo dos patamares iniciais. A RI Rio Capim manteve percentuais mais elevados, com 66,7% em 2019, recuo para 65,3% em 2020, alta para 67,5% em 2021, e queda para 65,2% em 2022. Em 2023, registrou 66,0% (Gráfico 2).

O estado do Pará, por sua vez, também re-

gistrhou oscilações moderadas, iniciando com 63,0% em 2019 e caindo para 60,4% em 2020. Após um leve aumento em 2021 (61,3%), a taxa voltou a cair em 2022 (59,3%) e encerrou 2023 em 60,9%. Nota-se que a RI e o estado mantêm patamares superiores aos de Paragominas durante todo o período. Isso pode indicar um esforço fiscal regional mais consistente na manutenção de serviços essenciais, o que contrasta com a tendência de retração em nível municipal. A queda acentuada em 2022 coincide com o aumento da taxa de pobreza no mesmo ano, sugerindo possível impacto das restrições orçamentárias. Em 2023, apesar da recuperação parcial, a retomada em Paragominas ainda se mostra tímida (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Paragominas, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer aumentou ao longo do período, iniciando com 6,3% em 2019 e chegando a 8,0% em 2023. O indicador apresentou forte alta em 2020 (7,8%) e leve queda em 2021 (7,3%), voltando a subir em 2022 (8,1%). Esse comportamento demonstra instabilidade e sugere fragilidades no atendimento pré-natal e nas condições de saúde da população materno infantil. A RI Rio Capim partiu de um patamar mais baixo, com 6,0% em 2019, subindo de forma constante até atingir 7,0% em 2023. O avanço é

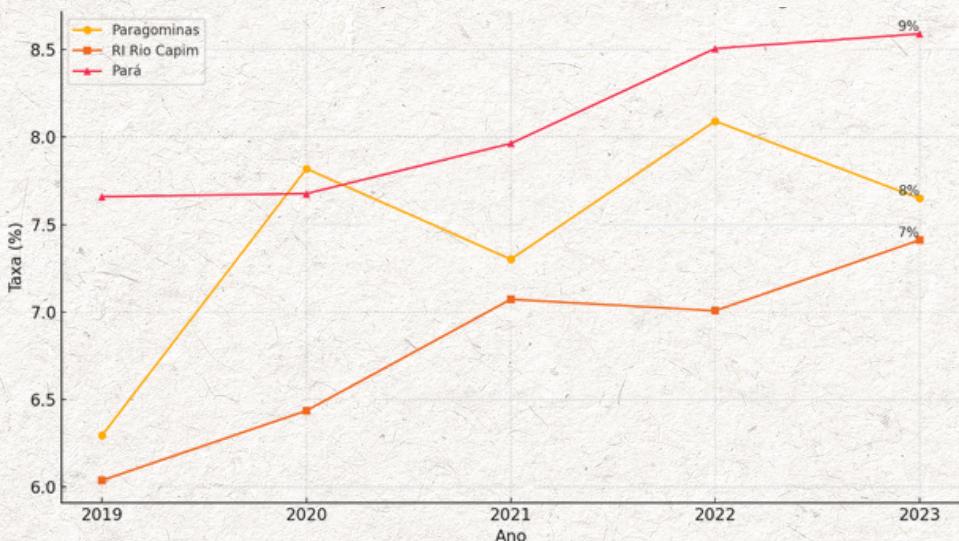
contínuo, mesmo com pequena oscilação em 2022, quando o índice foi de 7,0%, igual ao do ano seguinte (Gráfico 3).

O estado do Pará apresenta os maiores percentuais ao longo da série. Iniciou com 7,6% em 2019 e encerrou com 9,0% em 2023, sem recuos ao longo dos anos. Em 2021, o índice chegou a 7,9%, aumentando para 8,5% em 2022 e alcançando o maior valor da série no último ano. Esses dados revelam tendência de agravamento no indicador em nível estadual, o que pode refletir desigualdades estruturais e falhas persistentes no

sistema de saúde. Paragominas apresenta valores intermediários entre a RI e o estado, o que reforça a necessidade de ações locais integradas à política pública estadual. O aumento dessa taxa acende alerta sobre os determinantes sociais da saúde e a necessidade de políticas voltadas à atenção básica e ao acompanhamento gestacional (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



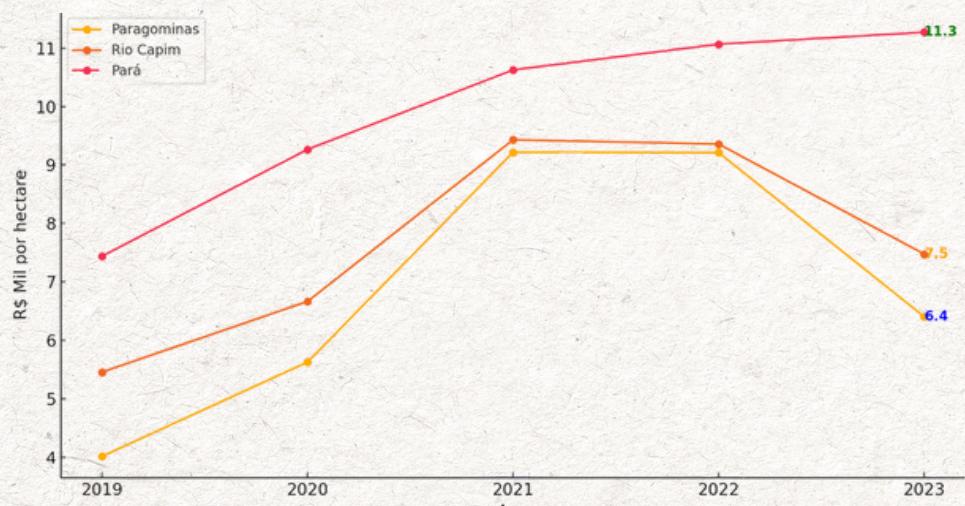
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Paragominas apresentou forte crescimento entre 2019 e 2021, saindo de R\$ 4,0 mil/ha para R\$ 9,3 mil/ha, mais que dobrando no período. Em 2022, o valor manteve-se estável (R\$ 9,2 mil/ha), mas caiu drasticamente em 2023 para R\$ 6,4 mil/ha, indicando perda de dinamismo. A RI Rio Capim apresentou comportamento semelhante: iniciou com R\$ 5,5 mil/ha em 2019, atingiu R\$ 9,2 mil/ha em 2021 e 2022, e recuou para R\$ 7,5 mil/ha em 2023. Essa retração no biênio final pode estar associada a fatores climáticos, custos de produção ou instabilidades de mercado. Apesar da queda, os valores permanecem superiores aos de 2019 (Gráfico 4).

No estado do Pará, por outro lado, o cresci-

mento foi contínuo durante todo o período, partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 até atingir R\$ 11,3 mil/ha em 2023, sem recuos. A diferença entre o desempenho estadual e o local evidencia que, apesar da forte expansão em Paragominas e na RI até 2021, a sustentabilidade do crescimento não se consolidou. O comportamento estadual indica uma diversificação ou resiliência maior no conjunto das atividades agrícolas. A queda em Paragominas reforça a importância de estratégias para estabilidade produtiva, como infraestrutura rural, assistência técnica e estímulo à inovação. A recuperação desse indicador pode impactar diretamente no emprego rural e na arrecadação local (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

O dado de Paragominas em 2022 chama atenção pelo forte aumento, destoando da tendência de queda da RI e da estabilidade estadual. A flutuação pode indicar problemas pontuais nos serviços de saúde, como acesso à atenção básica ou à maternidade. Embora o município tenha reduzido a taxa em 2023, ainda não retomou o patamar mais baixo observado em 2021. A RI Rio Capim, por sua vez, apresentou trajetória de queda mais consistente após 2020. A estabilidade da taxa estadual do Pará pode indicar dificuldades estruturais mais generalizadas na melhoria dos indicadores de saúde infantil. O contraste entre os territórios aponta para desigualdades locais e necessidade de atenção específica em Paragominas (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

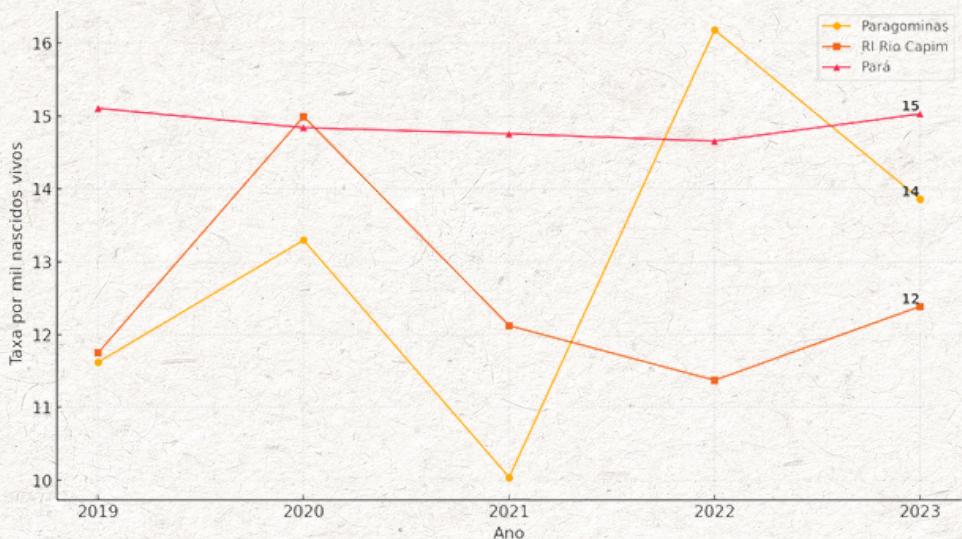
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Paragominas, a taxa de mortalidade infantil começou em 11,7‰ em 2019, subindo para 13,3‰ em 2020. Em 2021, houve uma queda expressiva para 10,1‰, o menor valor da série, mas o índice voltou a subir drasticamente para 16,2‰ em 2022. Em 2023, foi registrada redução para 14‰. A RI Rio Capim teve alta de 11,8‰ em 2019 para 15,0‰ em 2020, seguido de queda contínua para 12,3‰ em 2023. Já o Pará apresentou relativa estabilidade: de 15,1‰ em 2019 para 15,0‰ em 2023, com ligeira oscilação no período (Gráfico 5).





**Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos),
Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

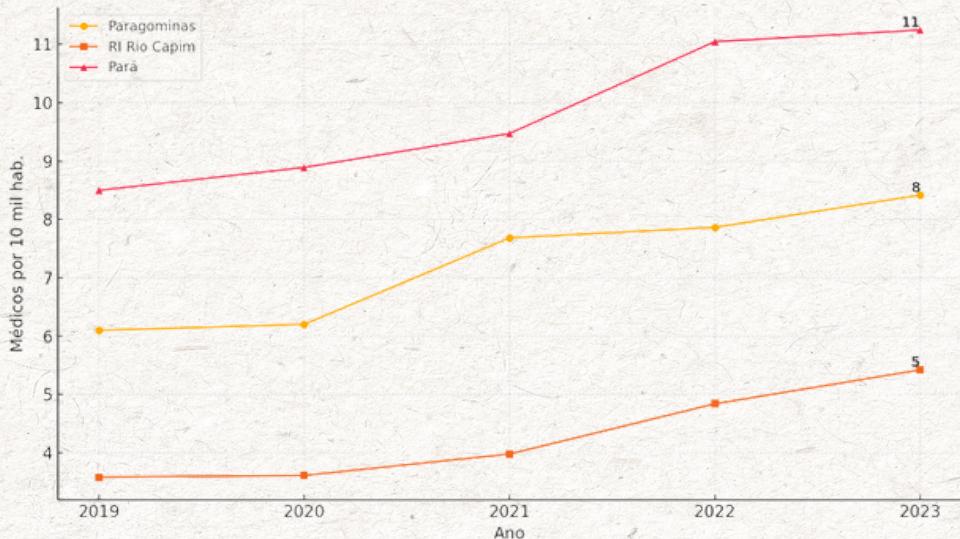
O número de médicos por 10 mil habitantes em Paragominas partiu de 6,1 em 2019, subindo para 6,2 em 2020 e saltando para 7,7 em 2021. Esse crescimento continuou, atingindo 7,9 em 2022 e 8,3 em 2023, revelando tendência positiva e contínua. Na RI Rio Capim, os valores eram bem mais baixos: 3,6 em 2019 e 2020, subindo para 4,0 em 2021, 4,8 em 2022 e 5,3 em 2023. O estado do Pará iniciou em 8,5 médicos em 2019, chegando a 11,2 em 2023, com crescimento regular ano a ano (Gráfico 6).

Paragominas manteve números superiores aos da sua região de integração ao

longo de todo o período, embora ainda abaixo da média estadual. O avanço gradual pode estar associado a políticas de fixação de médicos ou à ampliação da rede de saúde local. A RI, embora tenha melhorado, ainda apresenta déficit expressivo no acesso a profissionais de medicina. Já o Pará mostra desempenho robusto, especialmente entre 2021 e 2022, quando o número saltou de 9,4 para 11,0 por 10 mil habitantes. A ampliação do número de médicos, se bem distribuída, pode impactar diretamente indicadores como a mortalidade infantil, ainda desafiadores em certos territórios (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Paragominas iniciou o período com 227 vagas por mil habitantes em 2019, reduzindo para 221 em 2020 e 213 em 2021. Em 2022, observou-se aumento para 226 vagas, mas o número voltou a cair em 2023, fechando em 206. A RI Rio Capim seguiu padrão semelhante: de 220 vagas em 2019, caiu para 214 em 2020 e 213 em 2021, subindo para 232 em 2022 e recuando para 210 em 2023. Já o estado do Pará variou de 211 vagas em 2019 para 198 em 2023, com recuperação parcial apenas em 2022 (219) (Gráfico 7).

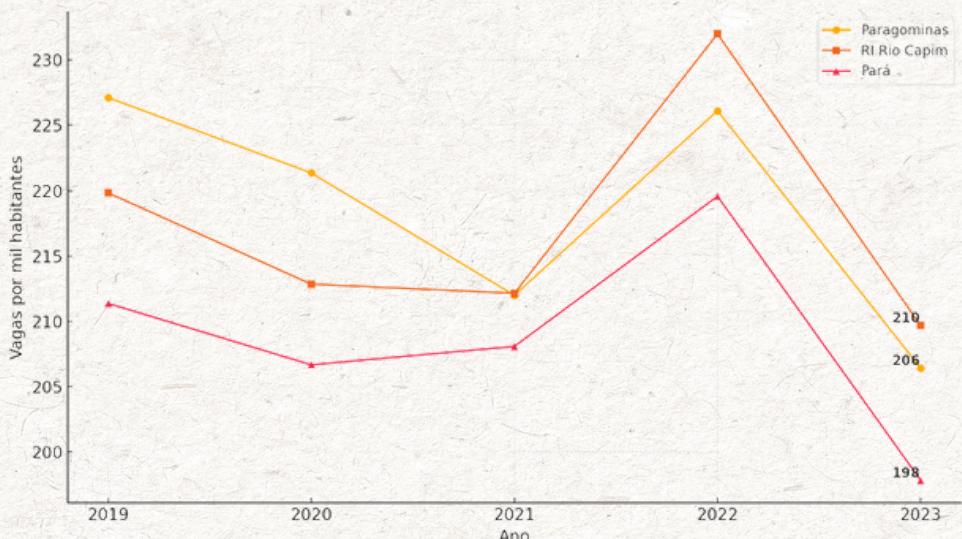
Apesar da recuperação em 2022, os três níveis territoriais encerraram 2023 com valores

mais baixos que os de 2019. Isso evidencia uma tendência de redução da oferta proporcional de vagas no ensino público, o que pode comprometer o acesso educacional futuro. Paragominas e sua RI apresentam padrões semelhantes, com picos em 2022 e recuos subsequentes. A retração no estado é contínua e preocupante, podendo refletir ajustes fiscais ou mudanças demográficas. A manutenção ou expansão da oferta per capita de vagas é fundamental para garantir o direito à educação e atender à demanda escolar crescente, especialmente em contextos de desigualdade (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 206 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

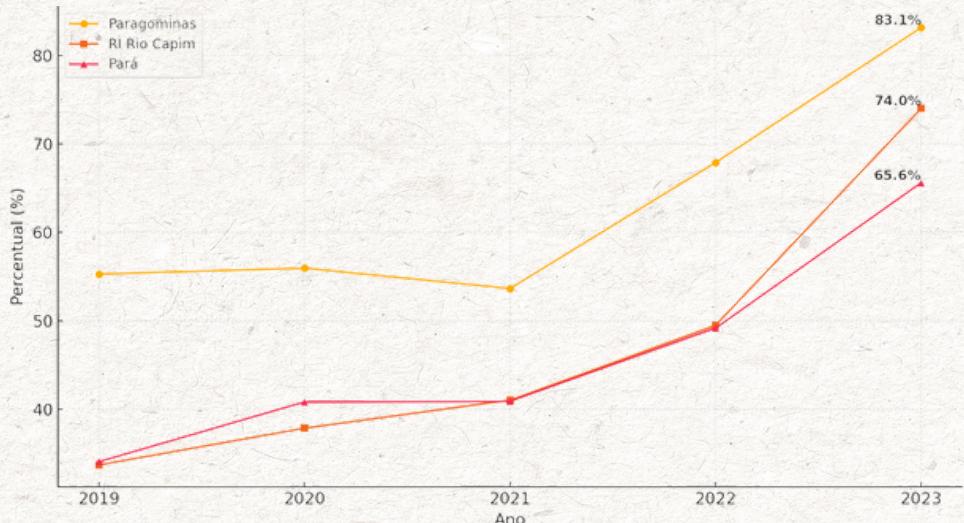
Em Paragominas, o percentual de escolas com acesso à internet evoluiu positivamente de 55,0% em 2019 para 56,0% em 2020. Após leve recuo em 2021 (53,3%), houve salto expressivo para 67,5% em 2022 e novo avanço para 83,1% em 2023. A RI Rio Capim partiu de patamar inferior: 33,9% em 2019, chegando a 41,0% em 2021, 49,0% em 2022 e alcançando 74,0% em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 33,8% em 2019 e atingiu 65,6% em 2023, com crescimento contínuo (Gráfico 8).

A expansão do acesso à internet nas escolas representa importante avanço para

inclusão digital e fortalecimento do ensino híbrido. Paragominas destaca-se com o maior percentual entre os três níveis em todos os anos, revelando políticas locais mais eficazes nesse quesito. A evolução também foi significativa na RI e no estado, embora partindo de níveis bastante baixos. O crescimento a partir de 2021 pode refletir políticas públicas intensificadas durante ou após a pandemia. Apesar do avanço, o dado estadual de 65,6% em 2023 ainda evidencia a exclusão digital de uma parcela considerável das instituições (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Paragominas x RI Rio Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

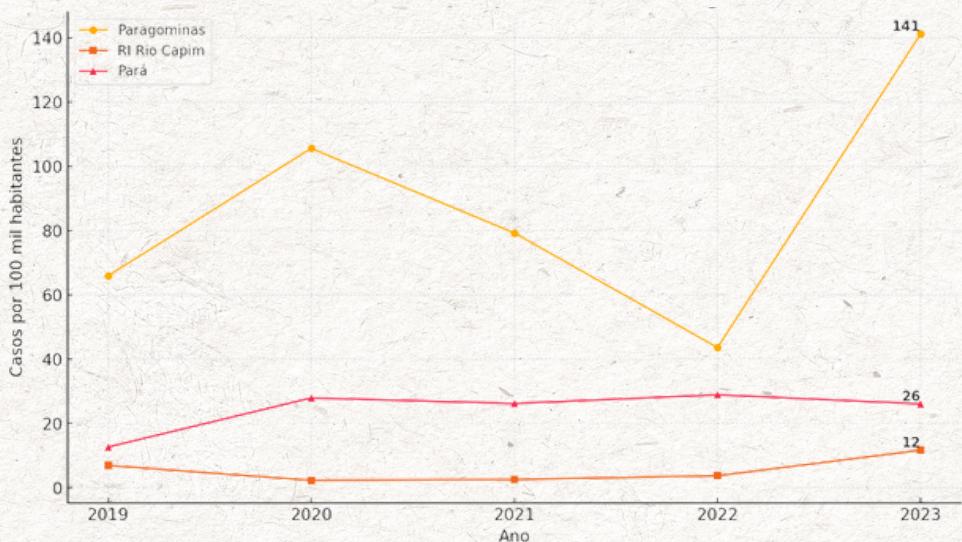


Paragominas apresentou crescimento acentuado nos casos de violência por parceiros entre 2019 e 2023. O município partiu de 66 casos por 100 mil habitantes em 2019 e saltou para 105 em 2020. Após redução para 79 em 2021 e nova queda para 44 em 2022, houve uma explosão dos registros em 2023, com 141 casos por 100 mil. Já a RI Rio Capim começou com 8,7 casos em 2019, caiu para 2,4 em 2020 e manteve-se estável até 2022, encerrando em 12,0 casos em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento moderado: de 13,2 casos em 2019 para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



Os dados evidenciam que Paragominas enfrenta um cenário de violência doméstica significativamente mais grave do que sua região de integração e o estado. A variação drástica ao longo dos anos sugere possíveis oscilações tanto nos registros quanto na capacidade institucional de enfrentamento. O pico de 2023 é alarmante, exigindo políticas públicas urgentes de prevenção, proteção e acolhimento às vítimas. O crescimento no estado e na RI também indica agravamento do problema, embora em proporção mais contida (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 141 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

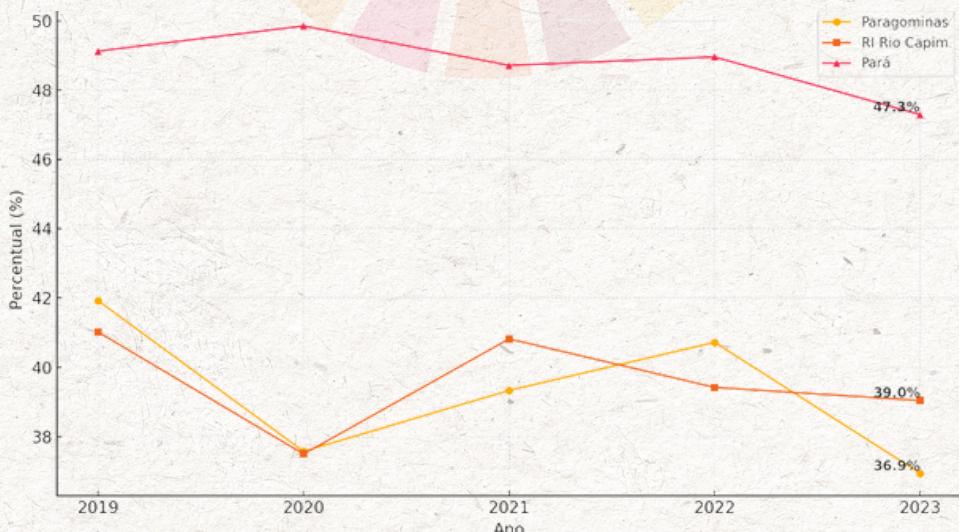
O percentual de mulheres em cargos gerenciais em Paragominas iniciou em 42,0% em 2019, recuou para 37,5% em 2020 e oscilou nos anos seguintes: 39,1% (2021), 40,8% (2022) e queda para 36,9% em 2023. Na RI Rio Capim, a variação foi semelhante: de 41,0% (2019) para 37,5% (2020), com leve recuperação até 39,0% em 2023. O estado do Pará, por outro lado, manteve patamar elevado, partindo de 49,0% em 2019, atingindo 49,8% em 2020 e caindo levemente para 47,3% em 2023. A média estadual supera consistentemente os percentuais municipais e da RI (Gráfico 10).





Paragominas apresentou perda de espaço relativo para mulheres em postos gerenciais nos últimos anos, revertendo a tendência inicial. A queda registrada em 2023, abaixo dos níveis de 2019, evidencia retrocesso na equidade de gênero no mercado de trabalho formal. A RI Rio Capim seguiu padrão semelhante, mas com perdas mais suaves. Já o Pará mantém indicadores mais positivos, o que pode refletir políticas públicas e privadas mais eficazes no plano estadual. Essa desigualdade de gênero no topo das carreiras ainda revela barreiras culturais e institucionais locais (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres,
Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Paragominas iniciou o período com 3,2% da população de baixa renda atendida por coleta de esgoto em 2019 e registrou queda contínua até 2023, encerrando em 2,5%. A RI Rio Capim começou em 1,3%, manteve o mesmo índice em 2020 e cresceu progressivamente até 2,2% em 2023. O estado do Pará apresentou trajetória contrária: partiu de 7,0% em 2019 e avançou de forma significativa, atingindo 11,5% em 2023. Esse crescimento estadual demonstra ampliação do acesso, ainda que os números permaneçam baixos em termos absolutos (Gráfico 11).

Os dados indicam que Paragominas regrediu na inclusão da população mais vulnerável em serviços de coleta de esgoto, mesmo tendo um dos maiores gastos per capita da região. A RI Rio Capim, ainda que com crescimento tímido, superou seu próprio histórico. Já o Pará destaca-se positivamente com progressos mais robustos. A desigualdade entre os entes evidencia falhas de planejamento local e limitação na cobertura das redes. Para alcançar melhorias substanciais, é necessário ampliar investimentos voltados especificamente à população de baixa renda, com foco em universalização do serviço (Gráfico 11).

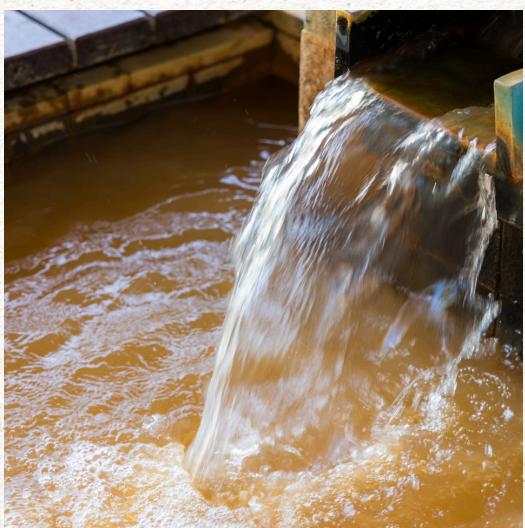
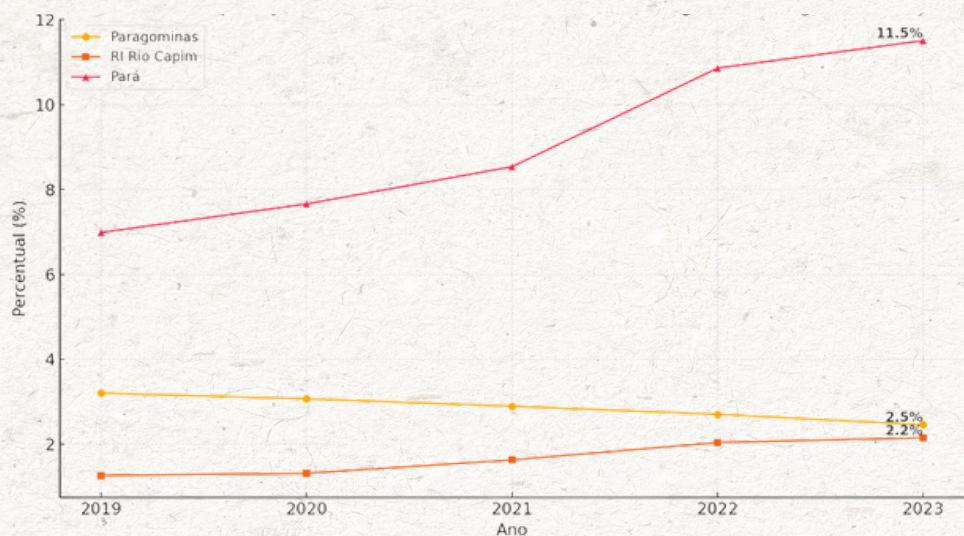




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Paragominas teve crescimento expressivo no gasto com saneamento básico per capita, saindo de R\$ 112,00 em 2019 para o pico de R\$ 231,00 em 2022. No entanto, em 2023 houve retração, fechando o ano com R\$ 168,00 por habitante. A RI Rio Capim começou com R\$ 43,00 em 2019, atingiu R\$ 62,00 em 2023, mantendo crescimento contínuo. O estado do Pará partiu de R\$ 80,00 em 2019, alcançou R\$ 153,00 em 2022 e caiu para R\$ 137,00 no último ano. Nota-se que, apesar dos altos valores, Paragominas apresenta desempenho inferior em acesso ao ser-

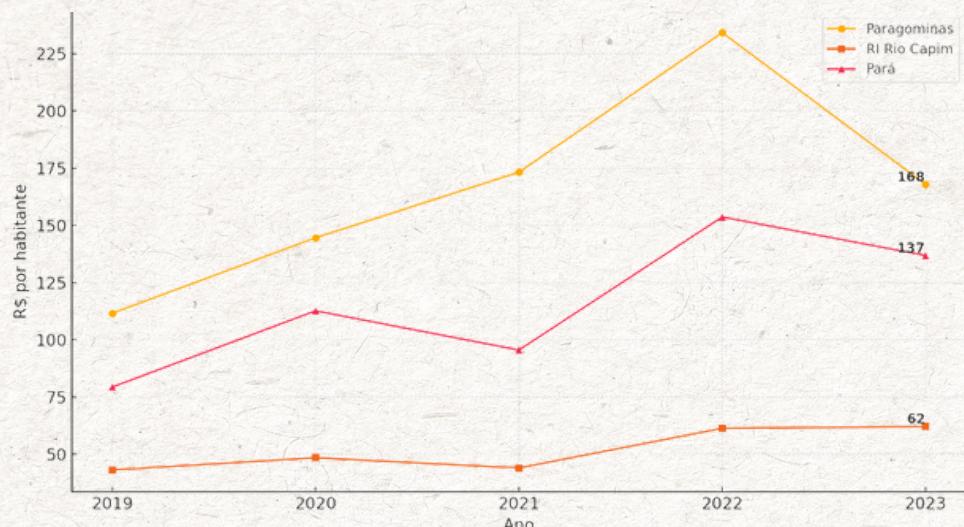
viço de esgoto (Gráfico 12).

O dado reforça que maior investimento nem sempre resulta, isoladamente, em maior cobertura ou eficiência. A queda do gasto em 2023 é um alerta para a sustentabilidade financeira das políticas de saneamento. O desempenho da RI e do estado, com gastos menores e melhoria no indicador de esgoto, sugere melhor focalização ou gestão dos recursos. Paragominas precisa alinhar o planejamento orçamentário com metas efetivas de cobertura, especialmente para populações vulneráveis (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 168/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



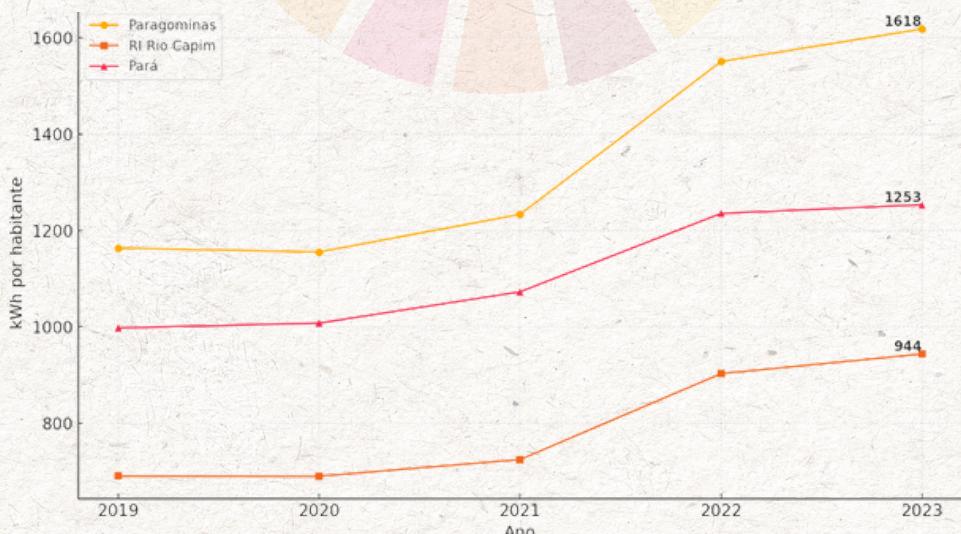
Em Paragominas, o consumo de energia elétrica per capita passou de 1.166 kWh/hab. em 2019 para 1.618 kWh/hab. em 2023, com destaque para o salto ocorrido entre 2021 e 2022, quando o consumo subiu de 1.234 para 1.546 kWh/hab. Na Região de Integração (RI) Rio Capim, os valores também cresceram, partindo de 686 kWh/hab. em 2019 e alcançando 944 kWh/hab. em 2023, embora com ritmo mais moderado. O estado do Pará apresentou aumento de 1.000 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023, mantendo uma curva de crescimento



constante ao longo do período (Gráfico 13).

Paragominas destacou-se por apresentar os maiores índices em todos os anos e pela aceleração no consumo a partir de 2021, o que pode refletir maior acesso à energia ou intensificação de atividades econômicas. A RI teve crescimento expressivo entre 2021 e 2022, passando de 728 para 904 kWh/hab., sugerindo avanço na infraestrutura elétrica. O Pará, com crescimento contínuo, mostra tendência regional de melhora no acesso e uso da eletricidade. A evolução positiva nos três territórios pode indicar avanços em urbanização, inclusão energética e melhoria das condições de vida (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.618 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

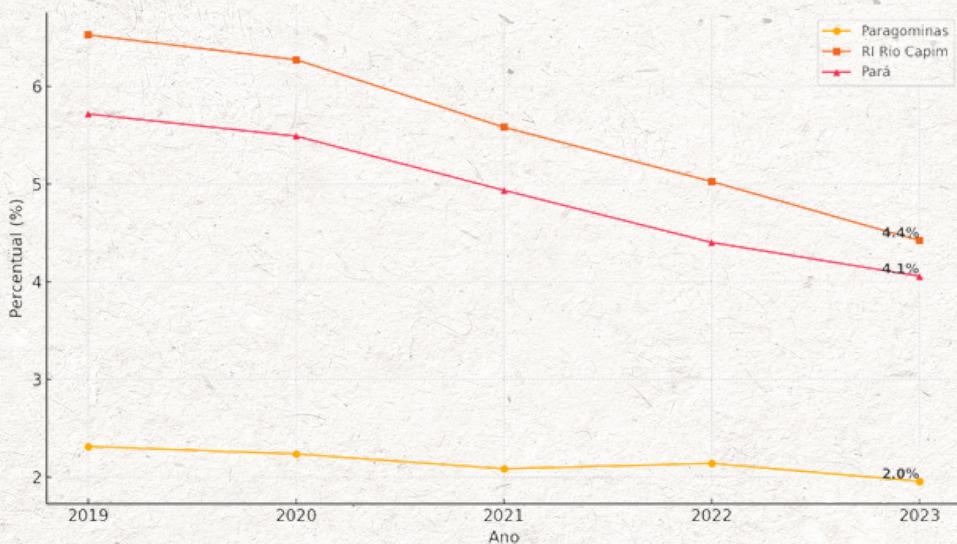
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Paragominas apresentou o menor percentual entre os três territórios ao longo de todo o período, saindo de 2,3% em 2019 para 2,0% em 2023. A variação foi relativamente estável, com discreto aumento em 2022 (2,1%). A RI Rio Capim iniciou com 6,5% em 2019 e caiu progressivamente para 4,4% em 2023, enquanto o estado do Pará passou de 5,7% para 4,1% no mesmo intervalo. Tanto a RI quanto o estado mostraram tendência de queda mais acentuada, ainda que mantenham níveis superiores ao do município (Gráfico 14).



A redução do uso de iluminação fóssil nos domicílios de baixa renda reflete melhoria no acesso à energia elétrica convencional, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Paragominas já partia de um nível relativamente baixo e conseguiu manter essa vantagem, indicando cobertura energética mais eficiente. O Pará e a RI, embora com percentuais mais elevados, demonstraram avanço na substituição de fontes não renováveis e de pior qualidade. O recuo contínuo nesses indicadores aponta para o impacto positivo de políticas de eletrificação rural e urbana (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



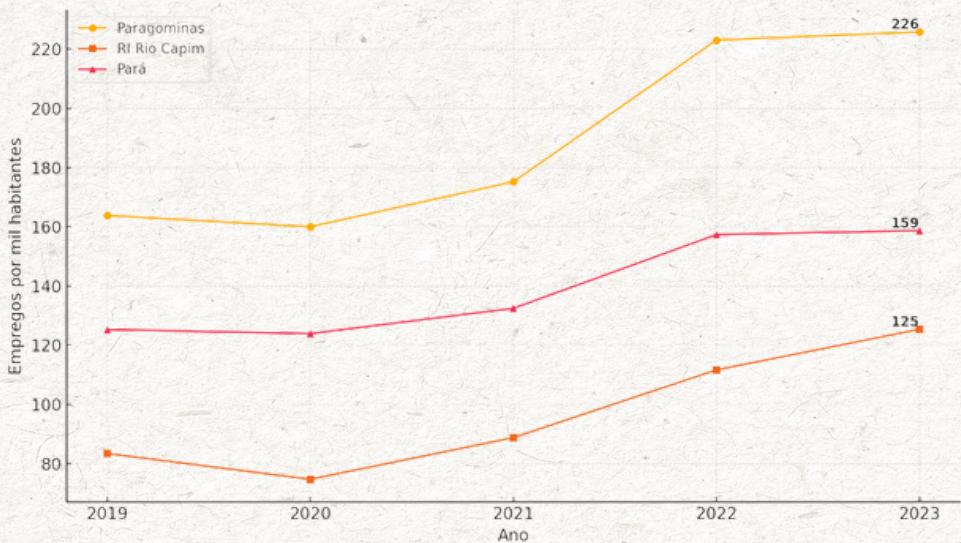
O município de Paragominas apresentou trajetória crescente de empregos formais por mil habitantes ao longo do período analisado. Em 2019, o indicador estava em 164 e teve leve queda em 2020 (160), mas a partir de 2021 iniciou forte expansão: 175 empregos formais por mil habitantes, subindo para 223 em 2022 e encerrando 2023 com 226. A Região de Integração (RI) Rio Capim começou em 84 e caiu para 75 em 2020, mas avançou para 89 em 2021, 112 em 2022 e 125 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 126 em 2019, manteve estabilidade até 2020 (124), e avançou até 159 em 2023 (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

Esse comportamento revela que Paragominas está acima da média estadual e regional durante todo o período, destacando-se como um polo de formalização do mercado de trabalho. O crescimento expressivo entre 2021 e 2022 (+48 empregos por mil hab.) sugere retomada econômica e aquecimento da atividade produtiva, possivelmente influenciada por investimentos locais. A RI também demonstrou evolução positiva, embora em patamares inferiores. O Pará, de modo geral, segue tendência semelhante, mas com intensidade mais moderada. Esses dados indicam recuperação pós-pandemia e maior dinamismo econômico nos anos recentes, principalmente em Paragominas, que lidera a formalização no contexto regional (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 226 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita

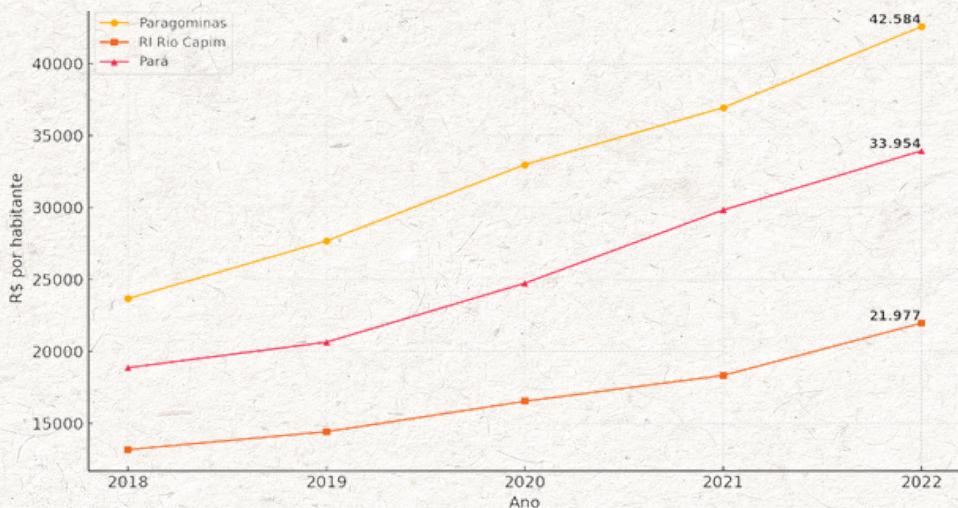
Paragominas iniciou 2018 com um PIB per capita de R\$ 23.962, registrando crescimento anual consistente até alcançar R\$ 42.584 em 2022. Em 2019, o valor subiu para R\$ 27.663; em 2020, atingiu R\$ 32.958; em 2021, foi a R\$ 36.974; e em 2022, superou a barreira dos R\$ 40 mil. Na RI Rio Capim, o PIB per capita passou de R\$ 12.951 em 2018 para R\$ 21.977 em 2022, com crescimento mais contido, embora contínuo. O estado do Pará também apresentou evolução expressiva, indo de R\$ 18.936 (2018) para R\$ 33.954 (2022), com forte impulso entre 2020 e 2021 (Gráfico 16).



O desempenho de Paragominas destaca-se amplamente, com crescimento nominal de cerca de 77% no período analisado. Esse avanço pode estar relacionado ao fortalecimento da indústria local, ao agro-negócio e à expansão da base produtiva formal. A diferença entre Paragominas e sua RI evidencia desigualdade intrarregional e a concentração de riqueza em municípios com maior infraestrutura e capacidade de atração de investimentos. Já o estado do Pará demonstrou crescimento consistente, com destaque para os anos pós-pandemia (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Paragominas x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 42.584/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



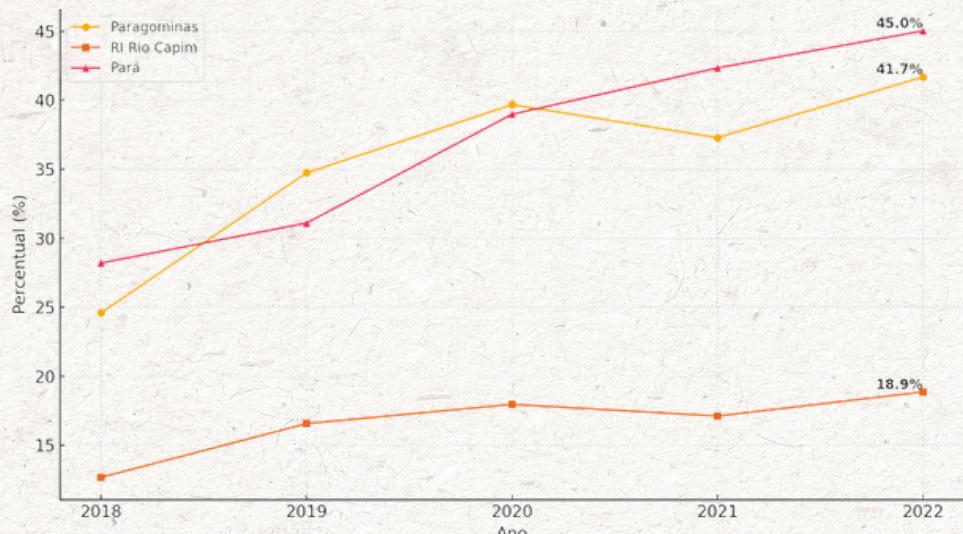
Em Paragominas, o valor adicionado da indústria representava 24,8% do PIB em 2018. Nos anos seguintes, o setor industrial ganhou maior peso na economia local: subiu para 35,0% em 2019, 39,4% em 2020, apresentou leve recuo para 37,4% em 2021, e voltou a crescer em 2022, fechando em 41,7%. A RI Rio Capim, por sua vez, registrou aumento mais modesto: partiu de 12,7% em 2018, subindo para 18,9% em 2022. O estado do Pará também mostrou forte valorização da indústria: 28,3% em 2018, saltando para 45,0% em 2022, com destaque para a curva ascendente a partir de 2020 (Gráfico 17).

Paragominas mantém o setor industrial como pilar central de sua economia, o que justifica o desempenho acima da média no PIB per capita e na geração de empregos formais. A oscilação em 2021 pode estar associada a impactos transitórios da pandemia ou variações na produção de setores específicos. O crescimento no estado do Pará revela tendência mais ampla de industrialização ou valorização de atividades de transformação e extrativismo. Já a RI Rio Capim mantém participação industrial baixa, indicando concentração das atividades em poucos municípios como Paragominas (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB),
Paragominas x RI Capim x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Paragominas, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou com 14,5 em 2019 e manteve-se estável até 2021, quando registrou 14,7. A partir de 2022, houve crescimento acentuado: 18,1 em 2022 e 21,0 em 2023. A Região de Integração (RI) Rio Capim partiu de 8,8 em 2019, teve queda para 7,4 em 2020,



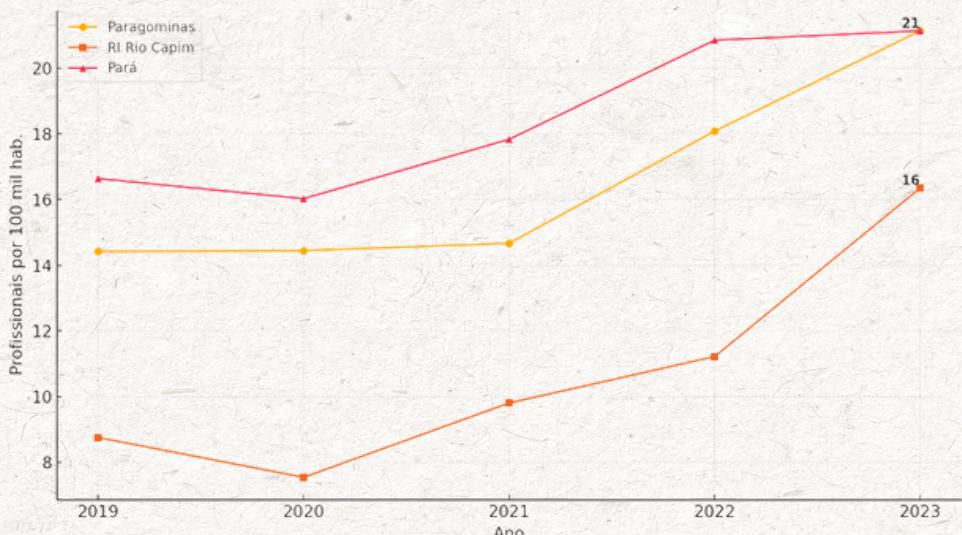
e passou por um processo de recuperação, chegando a 16,0 em 2023. O estado do Pará iniciou com 16,7 em 2019 e subiu continuamente, alcançando também 21,0 em 2023 (Gráfico 18).



Esse comportamento indica que tanto Paragominas quanto o estado do Pará encerraram 2023 com o mesmo nível de densidade científica, após trajetória ascendente. O crescimento recente em Paragominas é expressivo e pode refletir maior estímulo à formação técnica e acadêmica, além de políticas locais de ciência e tecnologia. A RI Rio Capim, embora tenha evoluído, ainda se mantém abaixo dos outros dois recortes. A elevação no estado como um todo reforça tendência de interiorização da ciência e maior qualificação da força de trabalho. A paridade entre Paragominas e o estado em 2023 representa um marco importante para o desenvolvimento local (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles



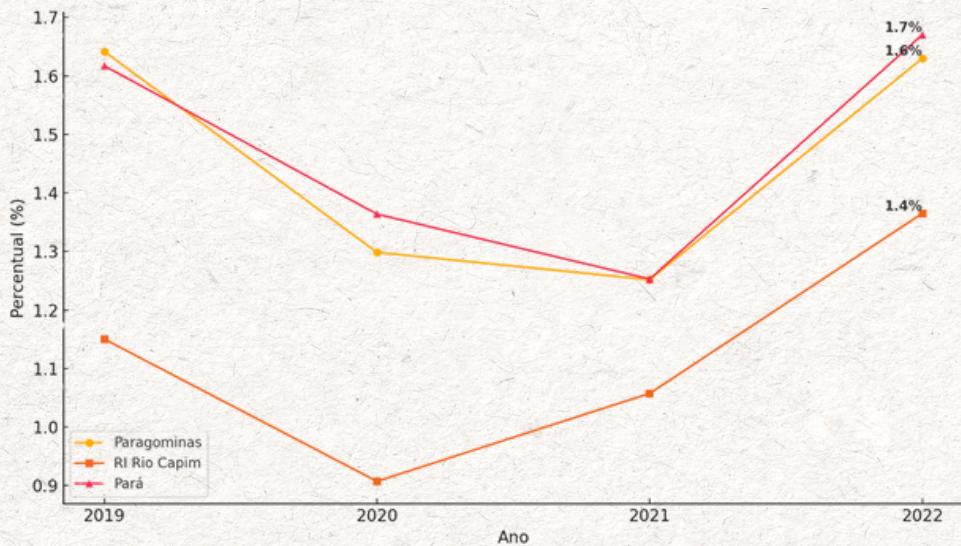


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Paragominas iniciou o período com 1,64% do PIB representado pela massa salarial dos vínculos formais em 2019. Em 2020, esse percentual caiu para 1,30% e recuou ainda mais em 2021, atingindo 1,25%. No entanto, houve recuperação em 2022, quando a participação da massa salarial chegou a 1,60% do PIB. A RI Rio Capim também teve retração de 1,15% (2019) para 0,90% (2020), mas cresceu gradualmente até atingir 1,40% em 2022. Já o Pará oscilou entre 1,61% (2019), 1,36% (2020), 1,25% (2021) e alcançou o maior valor em 2022: 1,70% (Gráfico 19).

O comportamento dos três recortes territoriais mostra impacto negativo da pandemia em 2020 e 2021, seguido de recuperação em 2022. Paragominas e o Pará recuperaram praticamente todo o patamar anterior à crise, enquanto a RI ainda permanece com percentual inferior ao início da série. A elevação da massa salarial indica valorização dos vínculos formais e possível aquecimento do mercado de trabalho. A convergência entre Paragominas e o estado em 2022 sugere alinhamento no ritmo de recuperação econômica. Já a RI demanda atenção quanto à geração de empregos de qualidade e aumento do rendimento médio (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

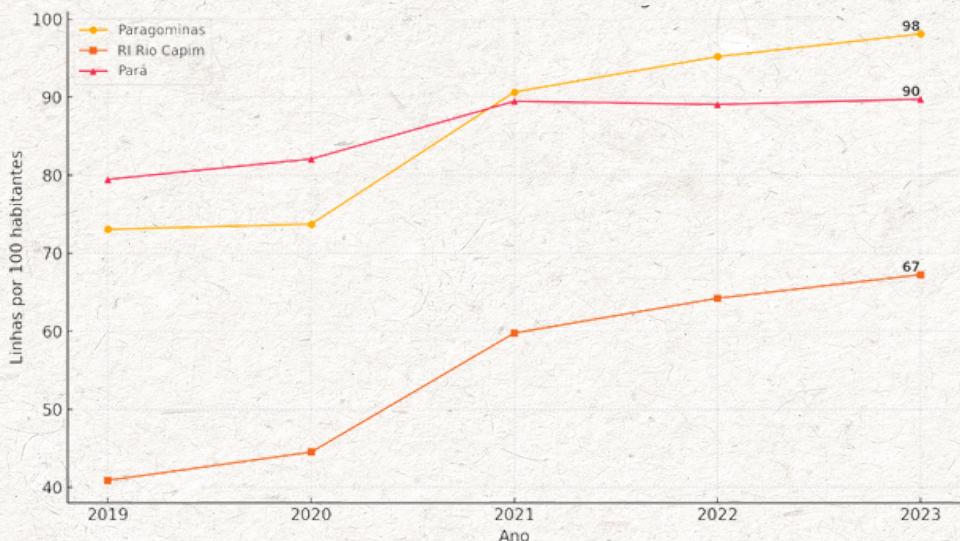
Em Paragominas, o acesso à telefonia móvel cresceu de 73,0 linhas por 100 habitantes em 2019 para 98,0 em 2023. Houve estabilidade até 2020, com leve alta para 73,8, seguida de um salto expressivo em 2021 (90,4), mantendo ritmo de crescimento até 2023. A Região de Integração (RI) Rio Capim saiu de 41,0 em 2019 para 67,0 em 2023, com avanço contínuo, especialmente entre 2020 (44,7) e 2021 (59,9). O estado do Pará, por sua vez, já apresentava valor mais elevado em 2019 (79,3), subindo para 90,1 em 2023, mas com crescimento mais moderado (Gráfico 20).

Paragominas superou tanto sua RI quanto o estado a partir de 2021, destacando-se por uma rápida ampliação do acesso à telefonia. O avanço pode refletir maior inclusão digital, expansão da infraestrutura de telecomunicação e aumento da demanda por conectividade. A RI teve crescimento proporcionalmente relevante, embora ainda mantenha um acesso limitado em relação aos demais. O estado apresentou desempenho estável, indicando possível saturação ou menor expansão nas áreas urbanas centrais. A universalização da telefonia móvel é importante para facilitar o acesso a serviços públicos e inclusão socioeconômica (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 98 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

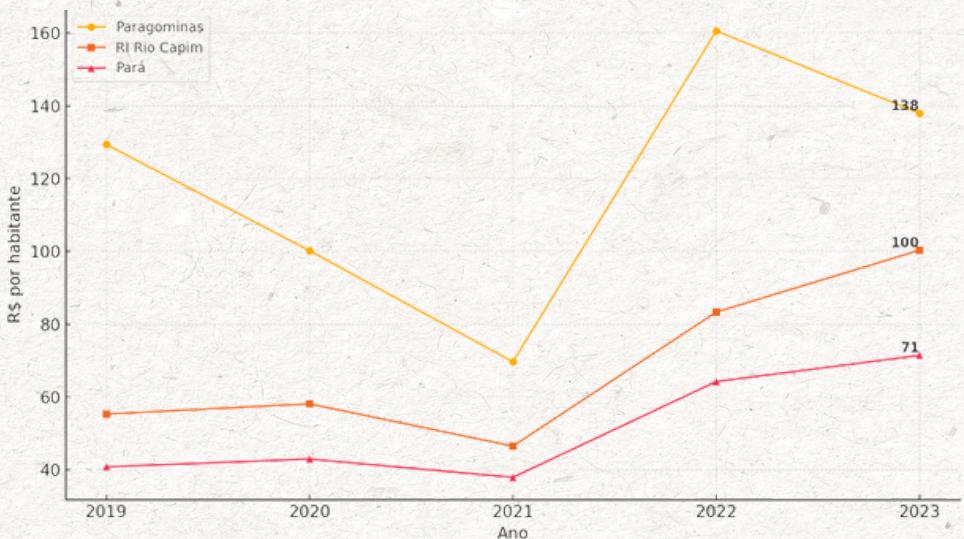
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Paragominas teve forte oscilação na despesa pública per capita com cultura e meio ambiente: de R\$ 129,4 em 2019, caiu para R\$ 100,6 em 2020 e despencou para R\$ 70,3 em 2021. Em 2022, houve explosão nos investimentos, alcançando R\$ 160,6, e encerrando 2023 em R\$ 138,4. A RI Rio Capim começou com R\$ 55,7 em 2019, subiu levemente até R\$ 58,1 em 2020, caiu para R\$ 47,4 em 2021 e cresceu fortemente até R\$ 100,2 em 2023. O estado do Pará variou entre R\$ 39,9 (2019) e R\$ 71,3 (2023), com crescimento estável a partir de 2021 (Gráfico 21).

Paragominas se destaca com o maior investimento per capita em todos os anos, com pico em 2022, o que pode estar ligado a projetos específicos ou ampliação de políticas culturais e ambientais. A RI e o estado também demonstram evolução positiva, ainda que a RI tenha apresentado maior volatilidade. Os dados revelam que, apesar da redução em 2021, os níveis de investimento foram retomados com força nos anos seguintes. Esse comportamento pode refletir mudanças no orçamento municipal, convênios externos ou redirecionamento estratégico de recursos (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 138/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



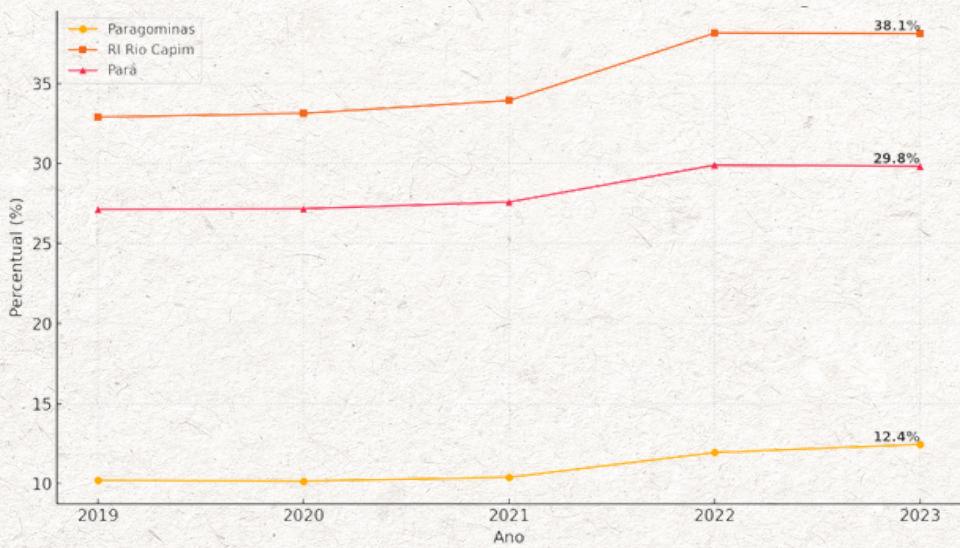


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Paragominas, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo subiu de 10,1% em 2019 para 12,4% em 2023, com aumento gradual ao longo dos anos. O índice se manteve estável entre 2019 e 2021, com leve variação (10,0%–10,3%), mas teve alta mais acentuada em 2022 (11,9%) e 2023. A RI Rio Capim apresentou percentuais muito mais elevados: de 33,0% em 2019 para 38,1% em 2023, com o maior salto ocorrido entre 2021 (34,0%) e 2022 (38,1%). O estado do Pará iniciou com 27,0% e fechou com 29,8%, mantendo estabilidade com leve aumento (Gráfico 22).

Paragominas apresentou o menor percentual durante todo o período, porém a tendência de alta deve ser observada com atenção. A prática de queima ou enterro de lixo está associada à ausência de coleta adequada e causa sérios danos ambientais e à saúde. A RI apresenta os piores índices, o que reforça desigualdades estruturais no saneamento. Já o estado mantém uma situação intermediária, com indicadores que sugerem estagnação. A elevação dos valores, mesmo que moderada, indica necessidade urgente de políticas de coleta seletiva e expansão da cobertura de resíduos sólidos nas áreas de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



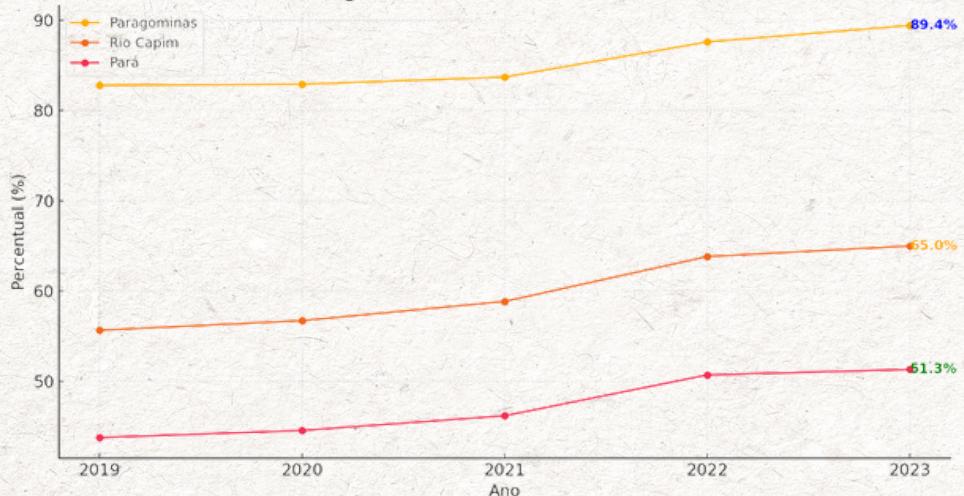
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Paragominas, a parcela da população de baixa renda com fossa rudimentar era de 82,6% em 2019 e subiu para 89,4% em 2023. A tendência é de crescimento contínuo: 83,0% em 2020, 83,8% em 2021 e 87,4% em 2022. A RI Rio Capim também mostra elevação significativa: de 55,6% em 2019 para 65,0% em 2023, com aumento mais intenso entre 2021 e 2022. Já o estado do Pará tinha 43,6% em 2019 e subiu para 51,3% em 2023, com aceleração mais visível a partir de 2021 (Gráfico 23).

Esses dados mostram que a prática de uso

de fossas rudimentares ainda é predominante entre a população de baixa renda, especialmente em Paragominas, que apresenta os piores índices. O aumento generalizado indica estagnação ou retrocesso na política de esgotamento sanitário voltada às famílias mais pobres. Apesar dos avanços econômicos observados em outros indicadores, a precariedade dos sistemas de saneamento persiste como um gargalo crítico. A situação na RI e no estado também é preocupante, embora menos grave do que em Paragominas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 89,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



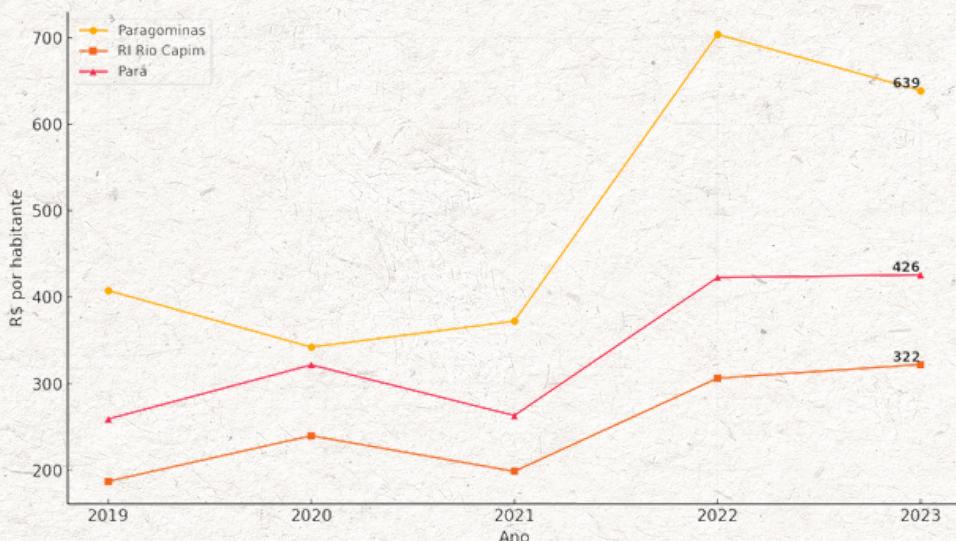
Gastos per capita com prevenção de desastres

Paragominas iniciou 2019 com R\$ 408,5 por habitante em gastos com prevenção de desastres, seguido de queda para R\$ 343,5 em 2020. A partir de 2021, houve retomada com R\$ 373,5, culminando em pico expressivo de R\$ 701,4 em 2022 e leve recuo para R\$ 639,2 em 2023. A Região de Integração (RI) Rio Capim partiu de R\$ 185,5 em 2019, avançou para R\$ 242,7 em 2020, oscilando para R\$ 199,8 em 2021, R\$ 308,6 em 2022 e R\$ 322,0 em 2023. Já o estado do Pará teve trajetória de crescimento consistente: R\$ 262,4 (2019), R\$ 323,1 (2020), queda para R\$ 263,4 (2021), depois forte aumento para R\$ 423,1 em 2022, mantendo-se em R\$ 426,0 em 2023 (Gráfico 24).



Os dados revelam que Paragominas tem, historicamente, maiores investimentos per capita em prevenção de desastres em relação à sua região e ao estado. O salto de 2021 para 2022 é particularmente notável, podendo indicar resposta a eventos climáticos críticos ou mudanças na política municipal. A RI e o Pará também mostram crescimento recente, embora em menor escala. O recuo em Paragominas em 2023, após o pico de 2022, pode representar normalização do orçamento após esforço concentrado. No geral, os investimentos indicam maior atenção à resiliência ambiental, embora seja necessário garantir sua continuidade e eficácia (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 639/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Despesa per capita com preservação aquática

O município de Paragominas investiu valores extremamente baixos em preservação aquática, mantendo apenas R\$ 1 por habitante de 2019 a 2023. A RI Rio Capim apresentou o mesmo comportamento: R\$ 1 de 2019 a 2022 e R\$ 4 em 2023. Em contraste, o estado do Pará teve desempenho significativamente superior, partindo de R\$ 182,5 em 2019, crescendo para R\$ 276,2 em 2020, recuando para R\$ 223,0 em 2021, depois caindo novamente para R\$ 180,5 em 2022 e, por fim, atingindo R\$ 287,4 em 2023 (Gráfico 25).

A enorme disparidade entre os gastos munici-

cipais-regionais e os estaduais revela baixa priorização local da agenda hídrica. Mesmo com ligeira elevação em 2023, os investimentos em Paragominas e sua RI permanecem simbólicos frente à importância da preservação de corpos d'água. Já o Pará demonstra comprometimento mais firme, ainda que oscilante, com políticas de preservação aquática. A falta de atuação local pode comprometer mananciais, aquíferos e o controle de enchentes. Reverter esse quadro exige ampliar recursos, planejar ações específicas e integrar a pauta hídrica às políticas ambientais locais (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática,
Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

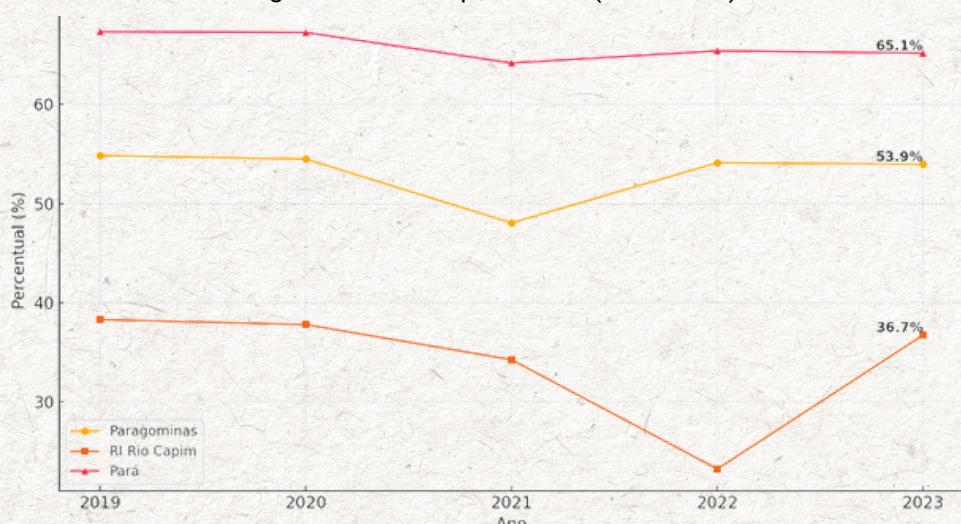
Em Paragominas, o percentual de cobertura florestal variou de 55,0% em 2019 para 53,9% em 2023. A trajetória foi relativamente estável até 2020 (54,8%), seguida de recuo para 48,0% em 2021 e recuperação nos dois anos seguintes. A RI Rio Capim iniciou com 38,3% em 2019, caiu para 34,4% em 2021 e atingiu o pior índice em 2022 (23,7%), com leve melhora para 36,7% em 2023. O estado do Pará apresentou comportamento mais constante: de 67,0% (2019) para 65,1% (2023), com variações modestas (Gráfico 26).

Paragominas conseguiu manter sua floresta em patamar

relativamente alto, embora tenha sofrido pressão entre 2020 e 2021. A recuperação recente sinaliza reação positiva, possivelmente ligada a controle de desmatamento e ações de reflorestamento. A situação na RI é mais crítica, com perda acentuada até 2022 e frágil reversão em 2023. O estado como um todo demonstra estabilidade, o que pode indicar maior controle ambiental em larga escala. No entanto, os dados da RI revelam vulnerabilidades importantes na governança ambiental local, que precisam de maior atenção para evitar colapso da cobertura florestal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Paragominas manteve praticamente inalterado o percentual de área desmatada ao longo dos anos, variando apenas de 45,6% (2019) para 46,2% (2023). A RI Rio Capim registrou valores elevados: 61,9% (2019), crescendo até atingir o pico de 75,8% em 2022 e recuando para 63,1% em 2023. O estado do Pará apresentou os menores percentuais entre os três: de 21,2% em 2019 para 23,2% em 2023, com crescimento leve e progressivo (Gráfico 27).

Paragominas estabilizou-se em patamar preocupante, com praticamente metade de sua

área já desmatada, sem sinais de recuperação. A RI, por sua vez, viveu agravamento até 2022, quando três quartos da sua área estavam desmatados, antes de recuar em 2023. O estado do Pará mantém tendência de crescimento lento, mas ainda dentro de limites mais sustentáveis. A discrepância entre os níveis territoriais revela que as políticas estaduais não têm surtido efeito proporcional nas regiões mais vulneráveis. A pressão sobre o uso da terra segue como um desafio crônico que demanda ações urgentes, principalmente no nível municipal e regional (Gráfico 27).

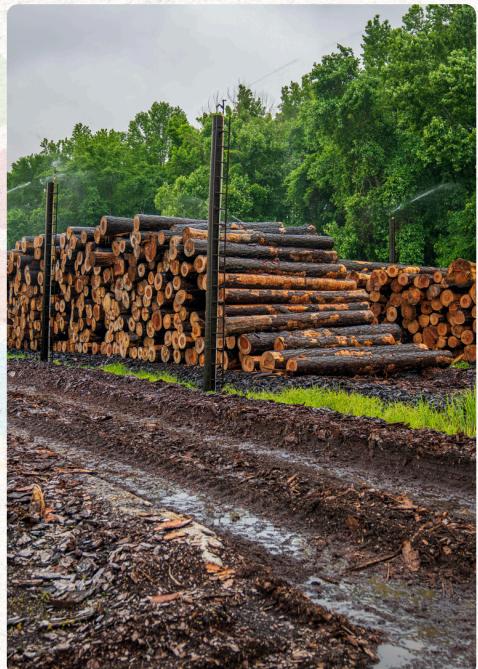
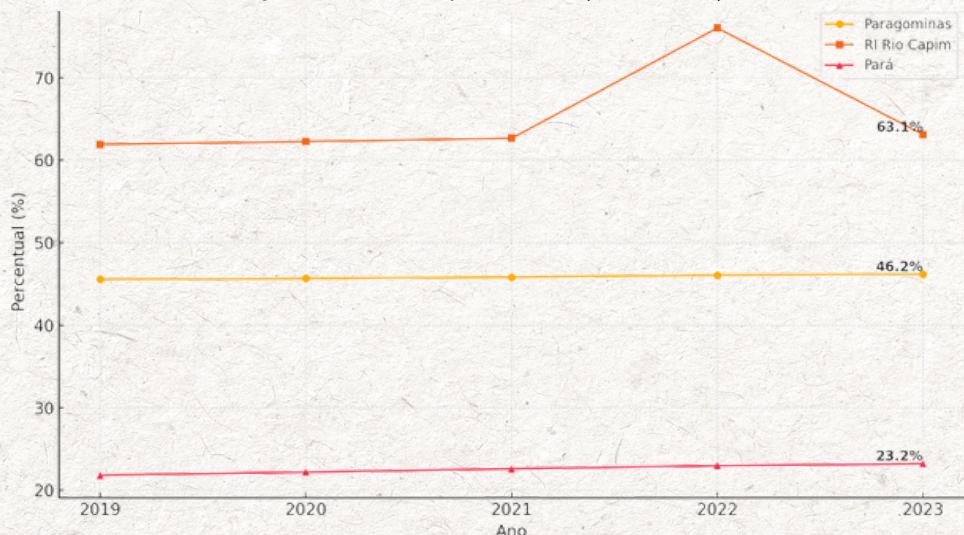


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Paragominas apresentou queda acentuada nos casos de trabalho infantil: de 23,9 em 2019 para 0 em 2023. A maior redução ocorreu entre 2019 e 2020, quando o número caiu para 8,7, seguido de valores cada vez menores nos anos subsequentes 7,0 em 2021, 2,3 em 2022 e eliminação do registro em 2023. A Região de Integração (RI) Rio Capim iniciou com 31,8 casos por 100 mil habitantes em 2019, reduzindo progressivamente para 9,1 em 2023. O estado do Pará partiu de 39,3 casos, encerrando o período com 11,2 (Gráfico 28).

O cenário revela um desempenho altamente positivo para

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Paragominas, que eliminou o trabalho infantil formalmente registrado em cinco anos. A RI e o estado também mostraram queda contínua, embora em patamares mais elevados e com redução menos acelerada. Esses dados podem refletir avanços em políticas de proteção à infância, fiscalização trabalhista e ampliação da rede escolar. A situação da RI, apesar da melhora, ainda exige atenção para alcançar níveis mais satisfatórios. O desempenho de Paragominas pode servir como referência para estratégias replicáveis em outros municípios do Pará (Gráfico 28).

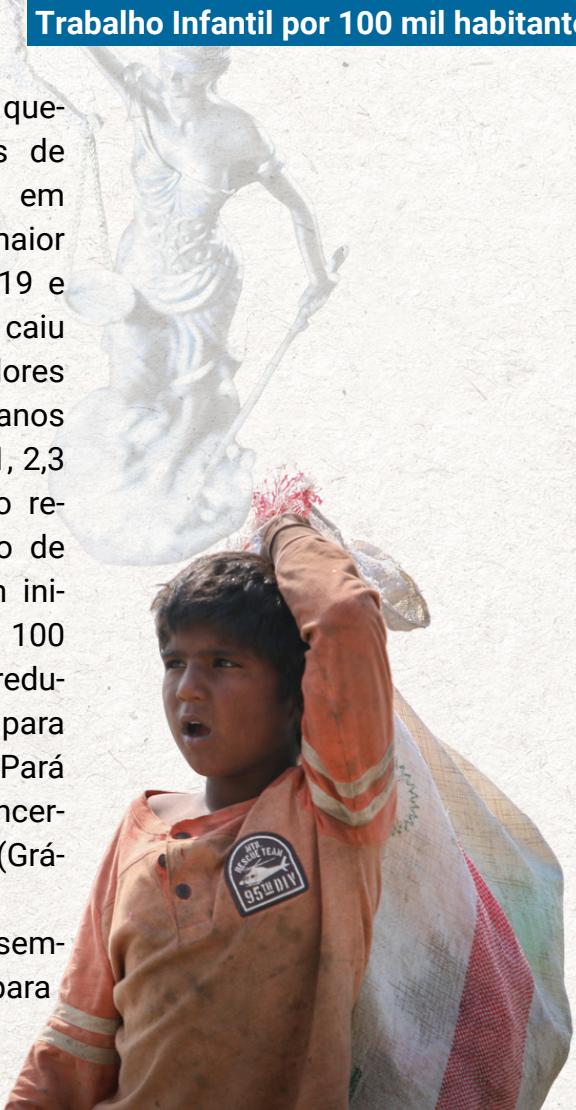
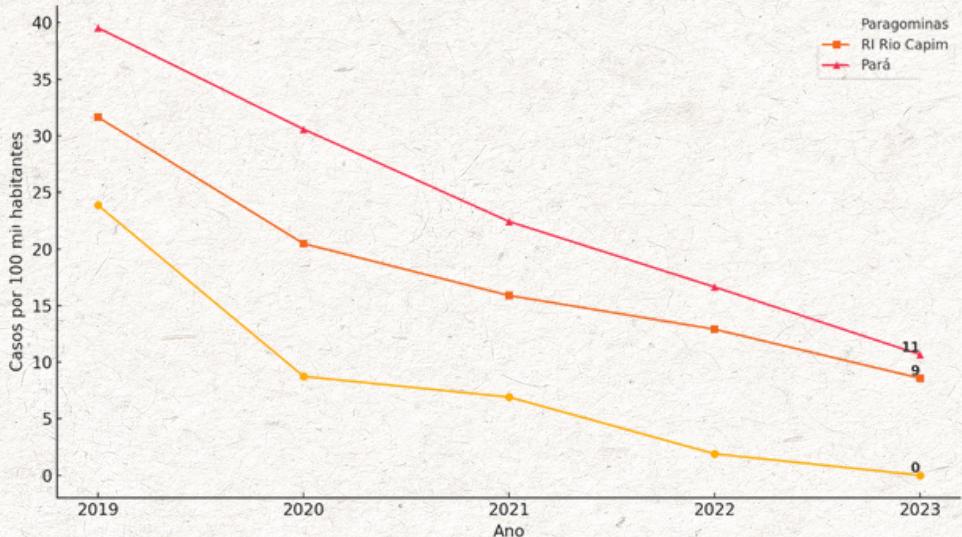




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

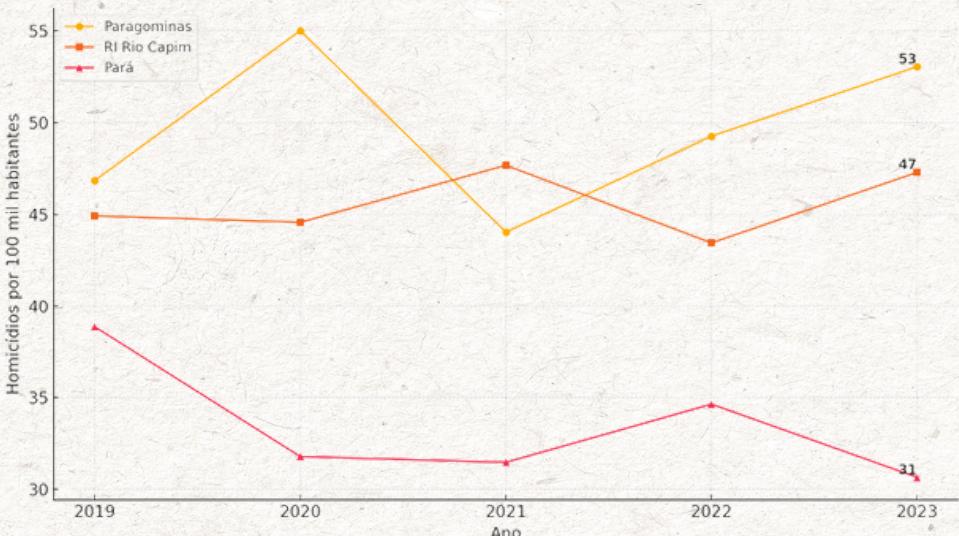
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Paragominas teve comportamento oscilante, saindo de 46,8 em 2019, subindo para 55,2 em 2020, recuando para 44,3 em 2021 e voltando a crescer nos anos seguintes, chegando a 53,0 em 2023. A RI Rio Capim teve trajetória semelhante: 45,1 em 2019, queda até 44,6 em 2020, pico de 47,8 em 2021, queda para 43,6 em 2022 e nova elevação para 47,0 em 2023. O estado do Pará apresentou comportamento mais estável, partindo de 38,8 em 2019 e terminando em 31,0 em 2023 (Gráfico 29).

Enquanto o estado reduziu significativamente os homicídios ao longo do período, Paragominas e sua RI terminaram 2023 com taxas superiores às de 2019, sugerindo agravamento da violência letal. Os dados de Paragominas, em especial, indicam uma alta preocupante nos dois últimos anos, exigindo revisão das políticas de segurança pública. A disparidade entre o município e o estado evidencia falhas regionais no combate à criminalidade. A oscilação pode estar ligada a fatores como conflitos locais, ausência de policiamento adequado ou problemas sociais não mitigados (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





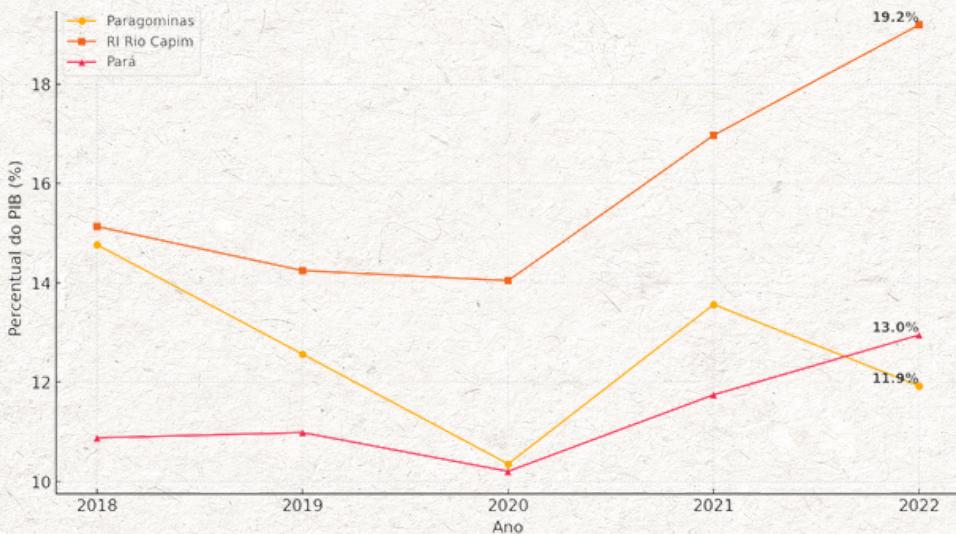
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Paragominas, o gasto público municipal iniciou com 14,8% do PIB em 2018, mas caiu gradualmente para 12,6% em 2019 e 10,3% em 2020. Em 2021, houve uma recuperação significativa, atingindo 13,6%, mas o valor voltou a cair levemente em 2022 para 11,9%. A Região de Integração Rio Capim manteve-se acima do município durante todo o período, partindo de 15,2% em 2018 e chegando a 19,2% em 2022. Já o estado do Pará teve trajetória mais estável: iniciou com 10,9% em 2018, oscilou levemente e fechou 2022 com 13,0% (Gráfico 30).

O desempenho de Paragominas revela um pa-

drão de retração nos primeiros anos, seguido de recuperação parcial. O aumento em 2021 pode estar relacionado a políticas de enfrentamento à pandemia ou a reestruturações orçamentárias. No entanto, o recuo em 2022 indica possível contenção de gastos ou redução de receitas. Em contraste, a RI Rio Capim teve crescimento expressivo a partir de 2020, superando com folga os demais cortes territoriais. O Pará demonstra trajetória crescente moderada, indicando equilíbrio entre receitas e despesas. A leitura conjunta evidencia uma descentralização nos investimentos públicos, com destaque para a expansão regional (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Paragominas x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

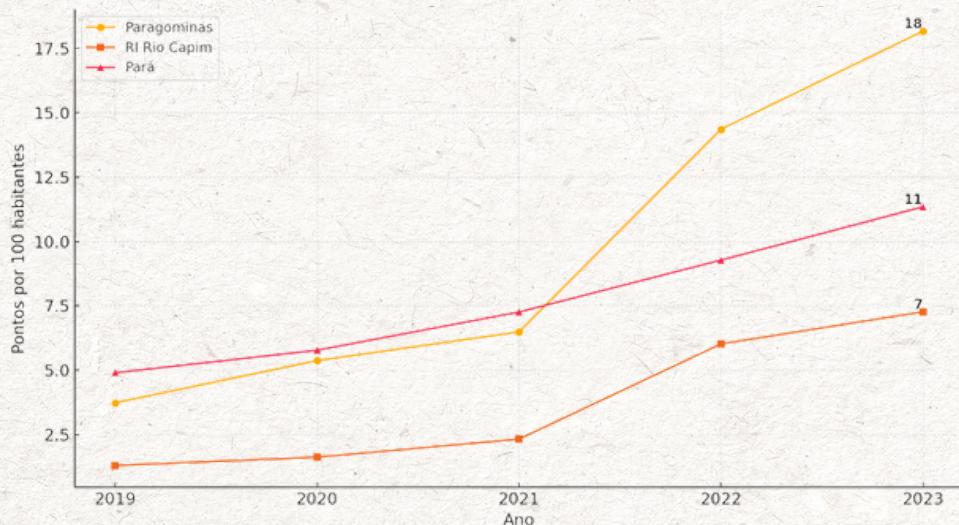


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Paragominas apresentou forte crescimento no acesso à banda larga fixa: de 3,8 pontos por 100 habitantes em 2019, subiu para 5,4 em 2020, 6,6 em 2021, saltou para 14,4 em 2022 e atingiu 18,0 em 2023. A RI Rio Capim também avançou: de 1,3 ponto em 2019 para 7,0 em 2023, com crescimento mais acentuado entre 2021 (2,3) e 2022 (6,0). O estado do Pará teve trajetória contínua de alta, saindo de 4,9 em 2019 e alcançando 11,0 em 2023. Ainda assim, Paragominas lidera em 2023 entre os três recortes (Gráfico 31).

A expansão da banda larga fixa em Paragominas foi expressiva e consistente, especialmente após 2021. Esse avanço pode refletir políticas locais de digitalização, incentivos ao setor de telecomunicações ou maior demanda por conectividade pós-pandemia. A RI também mostrou evolução, mas ainda possui acesso reduzido em relação ao município e ao estado. O estado do Pará cresce de forma estável, embora com ritmo mais moderado. A ampliação do acesso à internet é um fator crucial para inclusão digital, acesso à informação e desenvolvimento social (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Paragominas x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

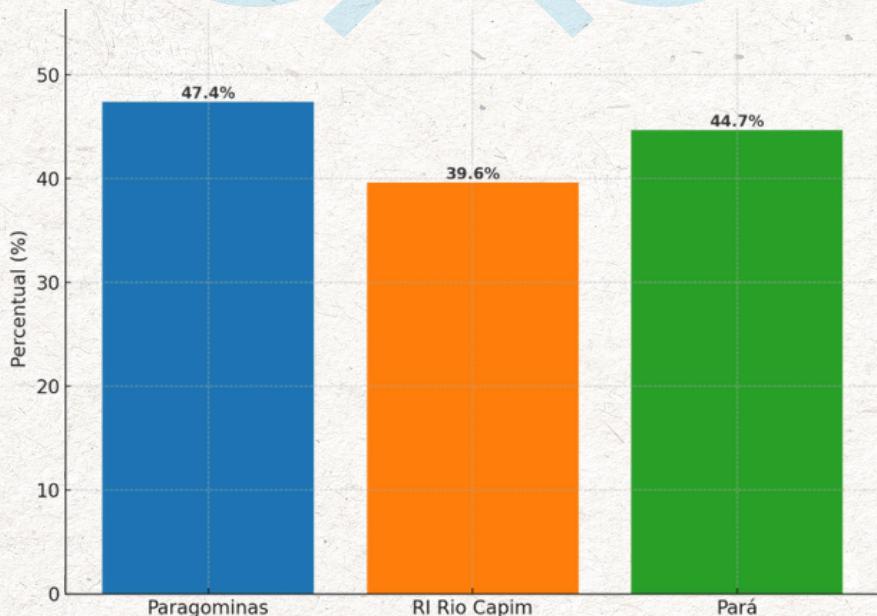
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Paragominas** registrou um IDS de **47,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Paragominas x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



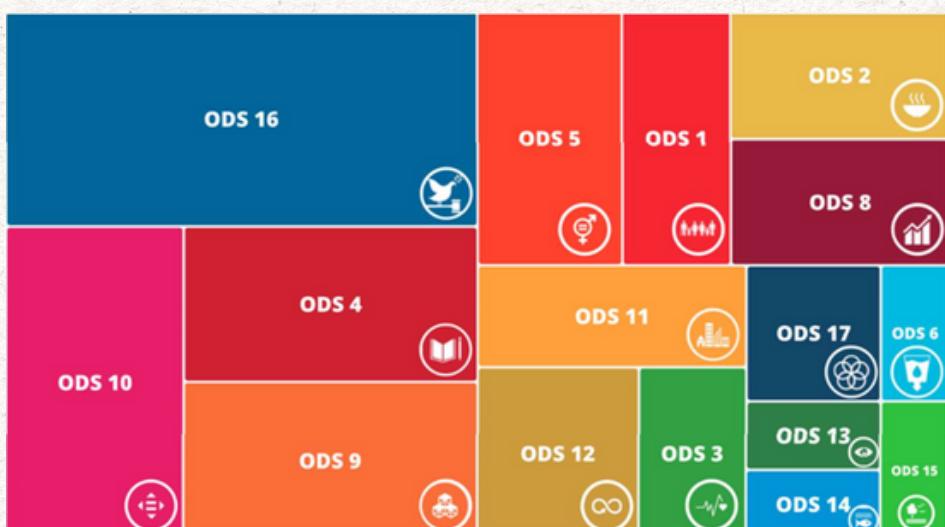
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Paragominas na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Paragominas e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

